

SUMÁRIO

Apresentação

Ana Maria Mauad e Paulo Knauss

O Lado Oficial dos Festivais

Vanessa de Andrada

Festas religiosas e política no tempo do governo Chagas Freitas

Pedro Motta

Da propaganda e da repressão política: imagens do governo Chagas Freitas

Clarissa Ramos

Imprensa e governo: o aterro da Praia Grande em Niterói e a política fluminense no tempo do governo Raymundo Padilha

Douglas Vieira Machado

A ponte Rio–Niterói e o governo de Raymundo Padilha

Thaís Valvano

Apresentação

A fotografia vem se consolidando como importante fonte para a pesquisa histórica. Seu advento em meados do século XIX trouxe a ilusória ideia da fotografia como a apreensão total da realidade. Algumas décadas mais tarde, já passou a ser utilizada para a identificação policial e registro de expedições científicas e antropológicas. O uso probatório e informativo a torna relevante para a pesquisa e ao desenvolvimento de estudos em História. Esta edição da *Primeiros Escritos* se dedica a apresentar trabalhos nos quais a imagem foi o ponto de partida para os assuntos abordados.

Os estudos têm como base as imagens que integram o fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID)¹, que reúne o acervo fotográfico dos órgãos de divulgação e comunicação social dos governos do antigo e do novo estado do Rio de Janeiro e da Guanabara no período entre 1960 e 1998. São aproximadamente 300 mil itens - na maior parte, negativos de acetato e, em menor quantidade, contatos e ampliações fotográficas - abrangendo o governo de Carlos Lacerda ao de Marcelo Alencar e estão sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A organização e tratamento arquivístico está sendo desenvolvido no âmbito do *Projeto Governadores em Foco*².

O trabalho, iniciado em 2008, se ateve a ordenar cronologicamente os documentos, separá-los por governador e só então listar as missões fotográficas conferindo os diferentes suportes de informação. A elaboração da história administrativa permitiu recuperar todos os órgãos produtores e sua estrutura de funcionamento. Atualmente, o tratamento está voltado para a codificação dos itens dentro das Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE), seguida da alimentação de um banco de dados *on line*³. Paralelo a esta etapa, realiza-se o

¹ O conjunto foi doado em 2005 pelo Museu da Imagem e do Som (MIS).

² O projeto é desenvolvido no âmbito das atividades do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi), do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), com apoio de bolsas do Programa de Iniciação Científica da UFF e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além disso, o projeto contou com recursos de financiamento da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

³ Em fase preliminar de publicação. Previsão de publicação parcial em 2013.

reacondicionamento da documentação e a digitalização de uma parcela visando sua preservação física, garantindo seu acesso e difusão.

Permeando todo processo, a pesquisa histórica foi essencial para o desenvolvimento do trabalho, pois fundamentou as estruturas do tratamento técnico. A proximidade com as fontes possibilitou reflexões acerca da produção das imagens, seu contexto, os governos e os governadores que envolvem, entre outras questões possíveis de se levantar ao observar as imagens. Nota-se o aumento quantitativo do volume de material produzido ao longo do tempo, o que demonstra o avanço do uso da fotografia como meio de registro, divulgação e publicidade do cotidiano dos chefes do Poder Executivo estadual.

O conjunto abarca doze governos de três diferentes Estados:

Estado da Guanabara	
Carlos Frederico Werneck Lacerda	1960-1965
Francisco Negrão de Lima	1965-1971
Antônio de Pádua Chagas Freitas	1971-1975
Antigo Estado do Rio de Janeiro	
Geremias Matos Fontes	1967-1971
Raymundo Delmiriano Padilha	1965-1971
Novo Estado do Rio de Janeiro	
Florianio Peixoto Faria Lima	1975-1979
Antônio de Pádua Chagas Freitas	1979-1983
Leonel de Moura Brizola	1983-1987
Wellington Moreira Franco	1987-1990
Leonel de Moura Brizola	1991-1994

Nilo Batista	1994
Marcelo Nunes de Alencar	1994-1998

Pelas imagens podemos ver os governadores em eventos oficiais, comícios, reuniões, entrevistas, recepções até mesmo em momentos de descontração. Também são registradas atividades do secretariado, presidentes, atletas, personalidades, membros do governo, primeiras damas e familiares. Em comum a todos os governos estão as obras de infra-estrutura e serviços públicos, sendo registradas em diversas etapas - do lançamento da pedra fundamental até sua inauguração. Além de observar como os governos se representavam e construía suas respectivas identidades, é notável como a personalidade dos governadores imprime marca à sua gestão.

Por meio do estudo das imagens do fundo AID é possível observar acontecimentos marcantes da história do Estado do Rio de Janeiro. No entanto há ausências que merecem também atenção para pesquisa. A quantidade de cerca de 500 mil itens fotográficos e o ineditismo das imagens torna o *Projeto Governadores em Foco* de grande relevância. Ainda inexplorado o conjunto se apresenta como promissora fonte de estudos e referência para história fluminense recente.

O Lado Oficial dos Festivais

Vanessa de Andrada

Resumo

O artigo tem como principal objetivo mostrar através das imagens do Fundo da Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), a criação do Festival Internacional da Canção, mas de uma diferente maneira , escolhendo trabalhar com a visão Oficial dos festivais. Essa que retratará os governadores em seus gabinetes.

Palavras-chave: : governador , imagem , festival , Ditadura, imprensa.

Pensar em música a partir da década de 1960 no Brasil nos remete sempre à música de protesto. De maneira inteligente e perspicaz este gênero musical representou toda uma geração de artistas que por meio da música tentou mostrar o que estava ocorrendo no Brasil da época, traduzindo o ambiente do autoritarismo política. Por outro lado, esta geração de artistas também ficou marcada pela repressão política e pela força da censura que cerceava a liberdade de expressão. O ambiente da política nacional terminou por caracterizar o ambiente da música, conforme anota Daniel Aarão Reis Filho:

[...] eram visíveis as manifestações críticas ao governo, embora também se fizessem presentes expressões, senão favoráveis, ao menos complacentes, com o sistema político em vigor ou com a ordem vigente. Assim, ao lado da música de protesto, sempre lembrada, é preciso recordar outras propostas incompreensíveis a um gênero de oposição mais ortodoxa, como o tropicalismo. Além disso, havia todo um conjunto, de grande sucesso, de mídia e de público, como a chamada Jovem Guarda, para quem as lutas políticas passavam literalmente à cômica. Não eram nem contra, ou a favor, muito pelo contrário... e nem por isso recebiam menos atenção, ou aplausos. (REIS, 2003)

Este artigo terá como principal objetivo explorar o outro lado dessa música, um lado mais oficial, e que levou a criação do Festival Internacional da Música, realizado na cidade do Rio de Janeiro, promovido pelo estado da Guanabara, no tempo do governo de Francisco Negrão de Lima, entre os anos de 1965 e 1970. A reflexão está baseada no fruto do exame das fotografias produzidas pelo Centro de Informação do governo estadual que se encarregava de divulgar principalmente para a imprensa as ações de governo. As imagens permitem acompanhar o que ocorria para além dos espetáculos musicais, o momento em que se mobilizavam multidões, revelando assim os movimentos palacianos que viabilizavam a promoção do evento cultural.

O governo Negrão de Lima

Nascido em Minas Gerais, Francisco Negrão de Lima ingressou na vida política muito cedo. Depois de trabalhar no jornal “*O Estado de Minas*” como seu redator e cofundador, a partir de 1934 atuou como embaixador, ministro da Justiça e prefeito da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Período que marcou a fase mais importante de sua trajetória.

Um fato que irá mudar totalmente a carreira política de Negrão de Lima será a conturbada eleição de 1965 na qual torna-se governador do estado da Guanabara. Trata-se da primeira eleição estadual depois da mudança de regime político promovida pelo golpe de estado de 1964 e que conduziu militares ao comando do estado nacional. Além disso, Negrão de Lima, como nome do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representava uma candidatura da oposição, num dos principais centros da política nacional, a cidade do Rio de Janeiro, que havia perdido cinco anos antes a condição de capital federal para se tornar uma unidade federativa autônoma. Durante cinco anos e três meses, o governo de Negrão passou por inúmeras crises e problemas, por conta da intromissão do governo militar nas eleições⁴ e na supressão paulatina de liberdade. De resto, devido aos movimentos da política nacional que conduziram a afirmação do autoritarismo no Brasil, o governo de Negrão de Lima atravessou o período de três presidentes da República (Castelo Branco, Costa e Silva e Médici) e uma Junta Governativa em 1969.

Apesar disso, não foi somente de crises que o governo de Francisco Negrão de Lima ficou marcado. Ele trabalhou principalmente para a reurbanização do Rio de Janeiro, gerando melhorias no trânsito de veículos na Guanabara. Criou a Comissão Estadual da Defesa Civil (CEDEG), órgão que tinha como objetivo ajudar a população nos casos de catástrofes e calamidades públicas. Além disso, deu início às obras do metrô e do interceptor oceânico de esgotos sanitários e o campus da Universidade Estadual da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro(UERJ)⁵.

Um importante aliado de Negrão de Lima na disputa ao pleito estadual e responsável por sua campanha foi o influente jornalista Augusto Marzagão, que também atuou com sucesso na campanha presidencial de Jânio Quadros. O trabalho junto ao comitê eleitoral do futuro governador foi um pedido de Jânio Quadros, seu amigo pessoal, que também ajudou na sua eleição.

Após a vitória de Negrão de Lima, Marzagão teve o privilégio de escolher em que área do governo ele desejava atuar. Daí, Marzagão teve a ideia do Festival

⁴ Logo depois em 1966, será instaurado o AI-3 determinando que as eleições a partir de então seriam indiretas.

⁵ DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: Negrão de Lima, Francisco. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

Internacional da Canção (FIC), feito em parceria com a Secretaria de Turismo, tendo como principal objetivo ser uma nova opção de divertimento para a juventude que passava por uma profunda crise de esperança por causa do governo militar que estava no poder⁶. Ademais o novo festival musical era uma possibilidade de atrair turistas para Rio de Janeiro, carente de opções culturais naquele momento.



Figura 1: O governador Negrão de Lima com Augusto Marzagão.

O Festival

Em 1966 é criado o Festival Internacional da Canção (FIC), com Augusto Marzagão na função de diretor executivo, permanecendo no cargo até a sua sexta edição. Segundo Marcos Napolitano, a promoção do FIC, indicava que "a cidade do Rio de Janeiro tentava se reciclar, para retomar o título de 'capital' da música popular, patrocinando o Festival Internacional da Canção" (Napolitano, 2004).

O Festival Internacional da Canção vai se diferenciar dos outros festivais por aglutinar dois festivais em um só, pois o FIC consistia em duas etapas: uma nacional e a outra internacional, esta com artistas de fora do Brasil que iriam concorrer com o vencedor da etapa nacional.

⁶ MELLO, Zuza. *Homem de. A Era dos Festivais: Uma Parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003.

Foi escolhido o Maracanãzinho como palco do espetáculo, o que seria um grande desafio, por causa de sua acústica ruim . Após inúmeras tentativas para tentar solucionar o problema, a única saída seria lotar o Maracanãzinho para que o som fosse absorvido pelo público.

A primeira edição do festival foi televisionada pela TV Rio, e seria retransmitida pela TV Record e suas afiliadas para outros estados brasileiros. Após perceber a grande repercussão do FIC, a TV Globo tentou transmitir a sua fase internacional, mas a TV Rio não cedeu os direitos, gerando grande embate entre as duas redes. A TV Rio ganhou a disputa e transmitiu integralmente a primeira edição do Festival. A TV Globo, porém, entrou no páreo para poder televisionar as próximas edições do evento que seriam exibidas simultaneamente para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.



Figura 2: Inauguração do Festival em 1967.

Mesmo tudo se encaminhando para que o Festival tivesse êxito, no final de setembro de 1966, o secretário de finanças da Guanabara, Márcio Alves, cortou pela metade a receita do estado, ameaçando o início do FIC. . A alegação era de que o estado não tinha como arcar as despesas envolvidas, mas era igualmente evidente o temor de

que a presença de personalidades estrangeiras criasse condições para hostilizar o governo federal, admitindo-se o caráter político do festival.⁷

Depois de reduzir a receita pela metade e conseguir patrocinadores que arcaram com os custos de produção, e a primeira edição do evento teve início em 23 de outubro de 1966 no Maracanãzinho com a presença do governador.

Na primeira edição do FIC a canção “*Saveiros*”, composta por Dori Caymmi e Nelson Motta foi a vencedora, mas sem o apoio do público que preferiu a segunda colocada “*Canto Triste*”, interpretada por Elis Regina. Porém, nenhum cantor agradou mais a audiência presente do que Chico Buarque de Holanda e sua “*Banda*”, vencedora do Festival da Record e aclamada pelos espectadores.

Assim como a primeira, a segunda edição do Festival se deparou com imensa polêmica. O secretário de turismo⁸, Carlos Laet decidiu intervir na escolha das músicas, a fim de beneficiar amigos escolhendo suas composições. A sua atitude deixou os demais compositores e participantes indignados, assim contrataram um detetive que desmascarou o secretário antes mesmo do FIC começar. A partir desta edição o festival passou a ser televisionado pela TV Globo com ampla repercussão em outros estados.

Em 1968, o festival foi palco dos maiores protestos musicais no período da ditadura militar. Depois do grande sucesso das edições anteriores, a produção do festival decidiu fazer uma eliminatória em São Paulo. Dessa etapa saíram duas músicas de protesto que marcariam a história dos festivais: “*É proibido proibir*”, de Caetano Veloso e “*Pra não dizer que não falei das flores*”, de Geraldo Vandré que se tornaram hinos de toda uma geração que lutou contra a ditadura civil-militar brasileira. A música de Vandré foi censurada pelo Setor de Censura de Diversões Públicas (SCDP)⁹ seção da Guanabara do órgão nacional atrelado à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) que tinha sua sede em Brasília, tendo seus álbuns recolhidos e proibida a sua execução nas rádios. A DCDP tinha como principal objetivo zelar para que a

⁷ Mello, 2003.

⁸ O FIC estava vinculado à Secretaria de Turismo.

“moralidade e os bons costumes” fossem mantidos, não deixando com que atos considerados “subversivos” chegassem ao conhecimento da população¹⁰.

Com o decorrer das edições os militares passam cada vez mais a utilizar o Festival Internacional da Canção como instrumento de propaganda do governo mostrando para o mundo que não existia nenhum tipo de problema interno no Brasil, agindo como se tudo caminhasse as mil maravilhas. Segundo Zuza de Mello e Homem:

“[...] o exército havia detectado que o FIC era o melhor veículo de propaganda de um “outro” Brasil, que poderia melhorar a péssima imagem difundida no exterior em virtude das notícias sobre perseguições e torturas. O governo brasileiro, que nesse aspecto não gozava de muito prestígio lá fora, poderia conquistar a posição da sonhada “Ilha da Tranquilidade”, que o exército almejava, através da divulgação de cenas que mostrassem artistas cantando e as alegres manifestações na plateia, por meio de discos e vídeos que eram enviados à Europa.” (Mello, p, 269, 2003)

O governo federal, sob controle de militares, começou agir de forma autoritária no Festival exigindo que todos os compositores e intérpretes fossem fichados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para facilitar o trabalho dos censores do DCDP. Essa atitude fez com que o FIC de 1971, ano em que o governo da Guanabara ganhou um novo governador, Chagas Freitas. Essa mudança fez com que em 1971 o festival uma grande baixa de artistas que não aceitaram as imposições oficiais. Esta também seria a última edição, com a direção executiva de Augusto Marzagão que foi para o México trabalhar como vice- presidente da rede de televisão Televisa.

A princípio utilizado pelo regime como objeto de propaganda, o FIC foi contra o planejamento desejado por seus organizadores. As músicas de cunho político não ganharam nenhuma das edições do Festival Internacional, mas são elas que até hoje são lembradas, não só por aqueles que viveram o período ditatorial, mas também por uma nova geração que reconhece a importância que essas músicas tiveram para a história político-cultural brasileira.

O Festival nos Gabinetes

A visão oficial dos festivais pode ser percebida através das imagens dos governos de Negrão de Lima (1965-1970) e Chagas Freitas (1971-1975) ambos do

¹⁰ FICO, Carlos. Como eles agiam: Os Subterrâneos da Ditadura Militar. São Paulo. Editora Record, 2001.

estado da Guanabara, mostrando grande semelhança nas imagens que retratam os governadores recebendo no Palácio Guanabara os concorrentes do Festival.



Figura 3: Negrão de Lima recebendo os participantes do FIC



Figura 4: Negrão de Lima, Augusto Marzagão e participantes do FIC



Figura 5: Chagas Freitas com Augusto Marzagão e participantes do FIC.



Figura 6: Chagas Freitas e participantes do FIC

Pela análise do acervo fotográfico examinado não existe nenhuma fotografia dos governadores no Festival, nem do Festival propriamente dito, somente imagens que retratam os participantes indo ao encontro dos governadores em seu gabinete. Isto é ocorrente em todas as imagens examinadas.

Embora essas imagens fossem utilizadas como propaganda do governo estadual, elas não são lembradas na contemporaneidade, pois os festivais de música da década de 1960 são sempre lembrados como principal palco de protesto no contexto de afirmação do regime militar. As imagens mais difundidas dos festivais assim como o FIC ,retratam os artistas e o público no instante das suas apresentações musicais. As imagens de governo, porém, não obtiveram ao longo do tempo a mesma repercussão, sendo ofuscadas pelas imagens de protesto. No entanto, elas revelam como a produção do festival musical no Rio de Janeiro se articulava no Palácio Guanabara, com apoio e participação do governador. Além disso, as fotografias revelam que a mobilização coletiva se prolongava nos salões do governo. É possível perceber como um governo de oposição procurou se identificar com a promoção dos festivais de música da década de 1960 no Brasil. Há uma clara promoção por meio das fotografias de construir uma identificação do governo Negrão de Lima com o movimento musical. A música se definia claramente como campo de ação política palaciana e não apenas de mobilização de massas.

Referências Bibliográficas

CAROCHA, Maika Lois. **Pelos versos das canções: censura e música no regime militar brasileiro.** Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maika%20Lois%20Carocha.pdf> . Acesso em: 30 de jul, 2010.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. **Verbete: Negrão de Lima, Francisco.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os Subterrâneos da Ditadura Militar.** São Paulo. Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”: cartas ao regime militar.** Topoi - Revista de História, Rio de Janeiro: v. 5, p. 251-286, 2002.

MELLO, Zuza Homem de. **A Era dos Festivais: Uma Parábola.** São Paulo: Editora 34, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Os Festivais como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1969)** IN: REIS, Daniel Aarão et al. (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 Anos Depois (1964-2004).** Bauru: ESDUSC, 2005. p. 265-296.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Fontes Iconográficas

Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Figura 1: **MANOEL. Governador recebe Mazargão e Walter Clark, assunto Festival da Canção,** Guanabara [GB], 12 ago 1970. BR RJAPERJ AID-NL-FC.1765. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Negrão de Lima. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2: **MAGHELI. Governador inaugurou, no Aterro do Flamengo, a secretaria do Primeiro Festival Internacional da Canção Popular.** Guanabara [GB], 16 jun 1967. BR RJAPERJ AID-NL-AF-472.

Figura 3 e 4: **MAGHELI. Governador recebe integrantes do III Festival Internacional da Canção.** Guanabara [GB], 23 set 1968. BR RJAPERJ AID-NL-IN-1074. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Negrão de Lima. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 5 e 6: **UBIRAJARA. O governador recebe os participantes do VI Festival Internacional da Canção Popular.** Guanabara [GB], 30 set 1971. BR RJAPERJ AID-CF-FC-139. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Festas religiosas e política no tempo do governo Chagas Freitas

Pedro Motta

Resumo

Este trabalho tem como foco a relação entre governo e sociedade civil na época do mandato de Chagas Freitas como governador do estado da Guanabara (1971-1975) a partir da presença e da importância política do comparecimento do governador em festas religiosas católicas e tendo por base a documentação iconográfica do fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID).

Palavras-chave: Guanabara, imagem, governo estadual, religião, política, acervo iconográfico.

1. Introdução

A questão das festas católicas como exemplo de relação governo-sociedade durante o governo de Chagas Freitas na Guanabara (1971-1975) apareceu como resultado do contato com os documentos fotográficos do fundo da Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), em tratamento no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) numa parceria com o Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF). Como costuma ocorrer em estados autoritários, um meio inicialmente não político torna-se politizado, já que são poucos os espaços institucionais propriamente políticos de expressão. As fotografias estudadas revelam a presença constante do governador em festas religiosas, caracterizando-as como um ato político. Avancemos por partes.

A Igreja Católica apresenta-se como um ator sócio-político desde o começo do regime político instaurado em 1964. Como grande exemplo podemos tomar as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, realizadas em diversas capitais brasileiras nos meses de março e abril de 1964. Em São Paulo, a Marcha, realizada no dia 19 de março, reuniu cerca de 300 mil pessoas. Na Guanabara, em 2 de abril, o número chegou a 1 milhão, na que ficou conhecida como a Marcha da Vitória¹¹. Articulavam principalmente setores das classes médias urbanas, além de entidades femininas, religiosas e patronais, em torno da defesa da ordem, da liberdade política, da democracia e dos valores cristãos. Surgidas como resposta política ao discurso do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil em defesa das Reformas de Base, em 13 de março de 1964, as marchas seriam um dos grandes movimentos de legitimação e apoio ao movimento militar vitorioso em 31 de março de 1964.

Antônio de Pádua Chagas Freitas era jornalista e proprietário de dois jornais, *O Dia* e *A Notícia*, ambos caracterizados por um padrão popular e sensacionalista de grande penetração no público de baixa renda da região metropolitana e dos subúrbios cariocas. Além dos jornais, exercia influência sobre a imprensa carioca por meio do cargo de presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas. Membro do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apesar de representar a oposição ao regime político nacional, sua corrente no partido (denominada

¹¹ MENDES, R. A. S. *Marchando com a família, com Deus e pela liberdade – O "13 de Março" das direitas*. Varia hist., Belo Horizonte, v. 21 nº 33, Belo Horizonte, 2005.

“chaguista”) era conhecida pela colaboração com o regime e pelo pragmatismo, tendo se tornado majoritária no plano estadual após o AI-5 em dezembro de 1968 e a cassação de mandatos dos quadros mais opositores do partido. É nesse contexto que, auxiliado pelo aparato jornalístico, a corrente chaguista inicia seu processo de controle sobre os diretórios do partido no estado da Guanabara, o que se consolidou em 1969. Seu estilo de governo, pragmático e clientelista, com base na troca de favores e distribuição de cargos, também, ficou conhecido pelo seu nome e lhe sobreviveria pela vinculação com grupos corporativos ou religiosos em bases locais mais específicas.

O fundo documental AID contém o acervo fotográfico produzido pelo serviço oficial de assessoria de imprensa dos governos dos estados da Guanabara, do antigo e do novo estado do Rio, abrangendo o período entre 1960 e 1998. É composto de 40 caixas contendo cerca de 500 mil itens fotográficos, entre negativos de acetato, folhas de contatos e fotografias ampliadas. Inicialmente recolhido ao Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ), este fundo foi depositado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) no ano de 2005. A série referente ao governo Chagas Freitas na Guanabara é composta por 1.465 dossiês contendo negativos de 35 e 120mm.

De acordo com a legislação de 1969, o Sistema de Relações Públicas deveria *criar uma mentalidade favorável* entre a população para aceitação da política governamental¹². A documentação do período analisado (governo de Chagas Freitas na Guanabara - 1971 a 1975) foi produzida pelo Serviço de Fotografia do Centro de Comunicação. O Centro era subordinado à 2ª Subchefia do Gabinete Civil, vinculada hierarquicamente ao chefe do Gabinete, e a ele competia a elaboração da propaganda e da publicidade governamentais junto aos meios de comunicação, além do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo do Estado, responsável pelo contato e colaboração com a Assessoria da Presidência da República.

2. Politização do espaço religioso

¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. História Administrativa Assessoria de Imprensa e Divulgação. Rio de Janeiro, 2010.

Em sua maioria, as imagens que compõem o fundo têm como objetivo tornar públicas as atividades do governo. Nele são comuns as inaugurações de obras, as visitas recebidas pelo governador, o comparecimento deste a eventos, etc. No conjunto das imagens, destaca-se, em geral, o registro das recepções oficiais realizadas no Salão Verde do Palácio Guanabara, sede do governo estadual. É possível perceber isso principalmente no governo Negrão de Lima, cujas imagens apresentam a vida palaciana marcada pela formalidade, o que certamente identifica sua trajetória de diplomata. De todo modo, é neste contexto marcado pela solenidade oficial em torno da presença do governador que se reconhece a atuação política do governante a partir da construção de laços com a sociedade civil. Este aspecto é especialmente relevante para tratar a vida política no contexto do regime político autoritário que se estabeleceu no Brasil em 1964. As imagens das recepções no Palácio Guanabara, sede do governo estadual, revelam dimensões da relação do governo com a sociedade civil naquele contexto da ditadura. Sua observação permite evidenciar uma das formas pelas quais se fazia política naquele tempo marcado pelo cerceamento dos espaços institucionais propriamente políticos de expressão da sociedade.



Figura 1: Governador comparece à abertura do Ano Santo na Catedral Metropolitana

Os trabalhos anteriores de Vanessa Andrada e de Clarissa Gomes (apresentados no *XXII Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia*, da Universidade Federal Fluminense), também apresentados como resultados de pesquisa no âmbito do projeto *Governadores em Foco* (parceria entre o APERJ e o LABHOI-UFF), já demonstraram como eventos culturais ganhavam um tom político no Salão Verde.

Assim, Vanessa Andrada demonstrou como o governo Negrão de Lima criou e patrocinou os famosos festivais da canção. Ainda que o governador não fosse presença importante durante os espetáculos, as fotografias de governo revelam como o encontro dos produtores culturais e dos artistas dos festivais com o governador no Salão Verde atestavam os laços entre governo e setores sociedade civil vinculados ao mundo da produção e da criação musical.

Do mesmo modo, a pesquisa de Clarissa Gomes evidenciou como os concursos de misses também eram utilizados na promoção da imagem do governador, que recebia as misses de diferentes agremiações cariocas e os produtores culturais dos concursos no palácio Guanabara em recepção oficial. As fotos revelam as diferenças de estilo entre os governantes, afirmando a marca mais formal da personalidade de Negrão de Lima e o tom mais descontraído de Chagas Freitas, por exemplo. Mas fica claro, porém, que essas atividades do mundo da cultura se politizavam a partir dos vínculos afirmados e publicizados com o governador no salão palaciano.



Figura 2: Dia de Ação de Graças

No caso de Chagas Freitas, porém, podemos perceber nas fotografias de governo uma outra vertente interessante para tratar sua atuação política. Explorando as fotografias, observa-se o registro da sua participação em eventos do mundo da religião (mais especificamente, com a Igreja Católica). Na comparação das imagens, algumas diferenças entre Chagas e seu antecessor, Negrão de Lima também podem ser observadas. Negrão de Lima raramente aparece fora do palácio de governo, o que indica uma relação muito “oficial” com a religião. Sua presença em celebrações religiosas é, via de regra, em festas que fazem parte do calendário "oficial", como Páscoa, Natal e missas de falecimento ou casamento. Já Chagas Freitas aparece constantemente em igrejas, mas também em comemoração de festas religiosas, ou até mesmo em procissões nas ruas. Nesse caso, o que se evidencia é a sua presença nos espaços da comunidade religiosa que se caracterizam como espaços abertos e não oficiais.



Figura 3: Governador Chagas Freitas na procissão de São Sebastião

Podemos considerar que essa presença externa ao palácio mais freqüente e a promoção de sua imagem de sua participação nos atos da vida religiosa é mais do que um traço de sua personalidade mais descontraída, caracterizada pelo predomínio dos ternos claros que destacam sua presença em grande parte das fotografias de seu governo que chamam atenção para sua figura nas fotografias. Aqui um novo contraste com Negrão de Lima se revela, pois é evidente a preferência deste por ternos mais escuros. Assim, a presença do governador em festas religiosas faz parte de um estilo de governar, um estilo de fazer política próprio de Chagas Freitas, sempre muito próximo de bases sociais específicas (no caso, da comunidade católica). Sendo jornalista, o então governador conhecia bem a força de tal associação e sua importância para a consolidação de sua imagem junto ao seu "público". Um bom exemplo pode ser encontrado na procissão de São Sebastião em 20 de janeiro de 1974 (figuras 2 e 3), onde

é possível observar Chagas Freitas à frente da procissão, trajando um terno branco carregando um estandarte em meio aos populares.



Figura 4: Governador Chagas Freitas durante a procissão de São Sebastião

Contudo, indo além da personalidade e do estilo pessoal, a participação do governador Chagas Freitas nos eventos religiosos pode ser compreendida como um ato político, num momento em que os espaços da política eram muito restritos, dada a conjuntura do AI-5, do governo Emílio Garrastazu Médici, marcado pelo endurecimento do regime e da repressão à oposição. Na impossibilidade de fazer comícios, por exemplo, o governador fazia uso de festas religiosas que servem ao contato com as massas e até para justificar a presença do governante nas ruas naquele contexto de controle social e autoritarismo. Como as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* revelam, o meio religioso católico já tinha um peso político considerável.

A participação em festas religiosas, porém, não se restringe apenas às festas católicas. As fotografias de governo registram que o governador também comparece a sinagogas e às festas do Yom Kippur e do Pessach judaico, seguindo uma tradição que remonta ao seu antecessor, Negrão de Lima, e que será mantida pelos seus sucessores.

Desse modo, é evidente o empenho em estreitar os laços com a comunidade judaica da cidade do Rio de Janeiro por parte dos governadores da Guanabara. Chagas Freitas, contudo, também se destaca por ser o primeiro a comparecer a uma celebração de uma religião de matriz africana, estando presente na festa do Preto Velho.



Figura 3: Procissão de São Sebastião

Conclusão

Comparando com o seu antecessor, Francisco Negrão de Lima, o governo de Chagas Freitas é marcado por uma presença pública maior do governador, como pode ser observado no caso das festas religiosas, apesar da face mais protocolar e reservada, ou seja, aquela da vida palaciana, ainda estar presente. Mais do que simples estilo pessoal, esse comparecimento é um aspecto condizente com uma maneira de exercer o cargo de governador do estado e com um tipo de construção de relações entre o governo e a sociedade civil.



Figura 4: Dia de Ação de Graças

O que se pode apontar, portanto, é que a partir da presença do governador, do seu registro e difusão na imprensa pelo governo por meio da fotografia, o ato religioso se define como um ato político. Mesmo que se possa dizer que não se trata de um espaço propriamente político, claramente a festa religiosa é utilizada para o estabelecimento de vínculos entre o governo e a sociedade civil. Certamente, as fotografias do governador Chagas Freitas participando de atos religiosos permitem reconhecer meandros da política no Brasil da primeira metade da década de 1970, período de constrangimento da vida política.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. História Administrativa Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação. Rio de Janeiro, 2010.

Primeiros Escritos, n° 19, março de 2013

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. **Verbete: Freitas, Chagas**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 21/11/2012.

MENDES, R. A. S. **Marchando com a família, com Deus e pela liberdade – O "13 de Março" das direitas**. Varia hist., Belo Horizonte, v. 21 nº 33, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000100012&script=sci_arttext>. Acessado em: 21/11/2012.

MOTTA, M. S. **Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara**. História Oral, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000.

_____. **Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo**. Estudos Históricos - Cultura Política, Rio de Janeiro, v.13, nº 24, p.351-376, 1999.

SARMENTO, C. E. **A morte e a morte de Chagas Freitas : a (des)construção de uma imagem pública : trajetória individual e reelaboração memorialística**. Rio de Janeiro , CPDOC , 1999

Referências Iconográficas

Figura 1: TEIXEIRA, Ubirajara. **Governador na Catedral na abertura do Ano Santo**. Guanabara [GB], 21 dez 1974. notação: BR RJAPERJ AID-CF-AA.1368. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figuras 2 e 6: MAGHELI. **Governador no Dia de Ação de Graças**. Guanabara [GB], 27 nov 1974. notação: BR RJAPERJ AID-CF-DA.1344. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figuras 3, 4 e 5: [?], Álvaro. **Governador na procissão de São Sebastião**. Guanabara [GB], 20 jan 1974. notação: BR RJAPERJ AID-CF-PS.987. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Da propaganda e da repressão política: imagens do governo Chagas Freitas

Clarissa Ramos

Resumo

O artigo pretende apresentar faces distintas de uma mesma época da história do Brasil ao explorar conjuntos de fotografias produzidas pelo antigo estado da Guanabara, na época do governo Chagas Freitas, entre 1971-1975. Para tanto são explorados o acervo do serviço de Comunicação Social de governo e da polícia política da época. Trata-se de destacar como naquela época da história do Brasil, o estado produzia ao mesmo tempo imagens a serviço da propaganda de governo e imagens a serviço da repressão política.

Palavras-chave: Estado da Guanabara; Fotografia; Propaganda política; Repressão política.

O contato direto com fontes documentais permite uma outra percepção de um acervo. São despertados questionamentos que talvez não aflorassem tendo como ponto de articulação instrumentos de pesquisa de arquivos ou bibliotecas. O trabalho com o acervo fotográfico do fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID) propiciou a elaboração de uma reflexão acerca das imagens produzidas pelo órgão de divulgação do governo do Estado da Guanabara entre 1971 e 1975.

Essas imagens, porém, contrastam com as fotografias que integram o conjunto documental do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB), órgão que atuou no mesmo período. Enquanto, de um lado, apresenta-se um Estado onde seu governador anuncia obras, inaugura escolas e recepciona personalidades, de outro lado, produz-se o registro de ações repressoras por parte do mesmo governo. Os dois acervos são oriundos da administração pública: o primeiro tinham como função a propaganda política, o outro a repressão e o controle. É essa contraposição de imagens que será tratada aqui.

O documento de arquivo tem a finalidade de comprovação de atividades burocráticas institucionais¹³, sua acumulação é desdobramento de ações de pessoas, órgãos, governos etc. E como tal, precisam ser compreendidos e interpretados à luz da motivação da sua produção/acumulação.

O Palácio Guanabara como centro político

As imagens representativas do governo de Chagas Freitas fazem parte do acervo do fundo documental AID, produzidos pelos governos do antigo e do novo Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara no período entre 1960 e 1998, para a divulgação das atividades de governo e dos chefes do Executivo. Anteriormente este acervo foi recolhido para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) em 2005, com a intermediação do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ). Referentes ao período estudado existem 1.490 dossiês compostos negativos de acetato organizados por ordem cronológica. O conjunto é estimado em cerca de 500 mil itens fotográficos, incluindo negativos de acetato, contatos e fotografias produzidos por órgãos de divulgação do extinto Estado Guanabara e antigo e novo Estado do Rio de

¹³ LOPEZ, 2000, p. 14.

Janeiro. Durante o governo Chagas Freitas foi criado o Centro de Comunicação, que abarcava, entre outros, o serviço de fotografia. Subordinado a este órgão estava o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo do Estado que fazia a ligação com a Assessoria Especial da Presidência da República (Aerp). Este órgão ao fim da década de 1960 ganhou força de superministério, evidenciando o papel da divulgação nesse momento¹⁴.

A divulgação das atividades de governo ocorria não só por meios como o Diário Oficial, mas por intermédio de jornais e revistas de circulação para onde também eram enviadas *releases* e fotografias, desejando a publicação de matéria ou nota favorável ao governo. A função dessas fotografias era dar publicidade às atividades e ações de governo e do governador, de sua equipe e de sua gestão como um todo. Nelas é possível observar como a imagem do político é construída a partir da fotografia e como traduzem a sua personalidade de governante que se confunde com o próprio governo.

O desenvolvimento da fotografia aliada à difusão dos meios de comunicação de massa modificou a relação governante/população¹⁵. A sua figura torna-se mais conhecida, criando uma maior proximidade visual e consequente ligação com os cidadãos que passam a identificá-lo fisicamente. É o efeito da utilização da fotografia como ferramenta de publicidade governamental: permitir que a imagem do político circule sem que ele precise estar em contato direto com a população. O ato de fotografar não é inocente, não é um simples procedimento de registro burocrático das atividades. A composição da imagem faz parte da intenção de estreitar essa relação ao mostrar, figuras ilustres e eventos notórios vinculando-os ao governo.

“[...] o ato de se deixar fotografar envolve também uma escolha do cenário ideal, de um evento emblemático ou de uma situação que fique evidenciada a competência do poder na direção [...] é aí que a representação ultrapassa o âmbito dos iguais e ganha a coletividade alimentando a cultura política de uma época, com signos e recursos de segurança, garantia e estabilidade.” (MAUAD, 2000, p. 5)

Como a finalidade das fotografias de governo é ilustrar o discurso oficial e persuadir a respeito dos benefícios produzidos pelo governo, nelas não são retratadas as

¹⁴ CHAPARRO, 2003. p. 41.

¹⁵ BIZELLO, 2010, p.1

turbulências que marcam o período da história política do Brasil e que teve a Guanabara como um dos centros de resistência ao regime político autoritário

Assim, as imagens da AID privilegiam o Palácio Guanabara, sede do governo estadual, como cenário para diversos encontros do governador Chagas Freitas com diversas autoridades, como embaixadores e ministros – de países democráticos a socialistas, e diferentes personalidades, como jogadores de futebol, misses, cantores, bem como representantes da sociedade civil, como representantes de associações de moradores e lideranças comunitárias e de grupo sociais de todo tipo. Há menos registro de atividades externas, restritas a algumas visitas a obras e inaugurações. Percebe-se que o governo da Guanabara se passava praticamente dentro do Palácio, seus salões e gabinetes. Chagas Freitas aparece em geral de forma descontraída, com a postura relaxada, sorrindo com seus convidados. Isto remete a uma situação menos protocolar - ficando a formalidade e a cerimônia visíveis nas fotografias com políticos e autoridades de Estado.

Importante é frisar que as fotografias de governo revelam um modo de fazer política característico das instituições daquele tempo que tem os salões e os gabinetes como centro de ação. A ação política evitava as ruas e as praças, assim como a mobilização social de massa. É evidente o fato de que o governador Chagas Freitas, para além da função de representação de Estado, recebendo autoridades, fazia do palácio de governo um espaço de encontros e articulações políticas entre a sociedade política e a sociedade civil.

O governo estadual e suas imagens

Chagas Freitas foi eleito deputado pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966. Mesmo sendo integrante de um partido de oposição, Chagas conquistou o consentimento de altas autoridades militares¹⁶, tendo sido candidato ao governo da Guanabara em eleições indiretas. Em sua vida política, ficou conhecido por cultivar práticas clientelistas e patrimonialistas¹⁷ e por um estilo de administração que envolveu troca de favores e distribuição de cargos¹⁸ - prática que até

¹⁶ DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. p. 2378.

¹⁷ SARMENTO, 1999. p. 4.

¹⁸ MOTTA, 2000.p.2.

mesmo recebeu a denominação de "chaguismo". Alcançou assim forte apoio e inserção social, envolvendo ao seu redor não apenas personalidades e grupos que controlavam esferas governamentais e da sociedade política, mas igualmente lideranças e grupos populares representativos da sociedade civil. Para tanto, certamente contribuiu o fato de que anterior à função pública, Chagas Freitas foi jornalista e prosseguiu na direção do jornal popular “A Notícia”, de grande circulação na Baixada Fluminense e nos subúrbios cariocas. Nos anos de 1950, inaugurou outro periódico popular, “O Dia” e de grande sucesso editorial. Nesse sentido, compreendia bem a importância da influência do jornalismo e da promoção da imagem na política e na sociedade.

A despeito de ser considerado por alguns autores avesso aos palanques e submisso às ordens dos militares¹⁹, Chagas Freitas possuía um projeto político definido em torno da consolidação do processo de estadualização da Guanabara. Com a transferência da capital do país para Brasília, o município do Rio de Janeiro se tornou o Estado da Guanabara em 1960, mas dez anos depois ainda era referência cultural, além de abrigar diversos órgãos federais. Essa estadualização convergiu com os interesses dos governos militares, que desejavam consolidar Brasília como a capital efetiva. Para isso, Chagas Freitas realizou reformas administrativas, acabou com autarquias e estabeleceu companhias estaduais²⁰.

Ainda em consonância com os ideais de grandes feitos do regime militar, realizou obras marcantes como a construção da Central de Abastecimento Geral do Rio de Janeiro do Grande Rio (CEASA); a urbanização da Ilha do Fundão; os investimentos em saneamento básico e na abertura de diversos elevados e túneis que facilitaram a intercomunicação da cidade; além do incentivo ao turismo de forma efetiva, com a criação da Riotur. Com essas reformas, Chagas Freitas deu contornos mais claros ao posto de governador, uma vez que seus ocupantes, até então, se posicionavam como “prefeitos” da cidade-estado.

Durante a maior parte da gestão de Chagas Freitas, o Brasil estava sob o comando de Emílio Garrastazu Médici²¹ vivendo um dos períodos mais rígidos da

¹⁹SARMENTO, 1999, p.4

²⁰ Motta, 2000, op. cit

²¹ Mandato de 1969 a 1974.

ditadura e do exercício do autoritarismo e da repressão política. No governo da Guanabara também ocorreram perseguições aos opositores que foram abafadas pela censura e encobertas pela propaganda estatal – realizada com campanhas ufanistas e por imagens oficiais. A propaganda é bem sucedida quando tem o amparo da credibilidade, nesse caso sustentada pelas grandes obras realizadas e pelo crescimento econômico do Brasil.

“[...] no terço final dos anos de 1960, a ditadura militar patrocinou intensa propaganda política que, de algum modo, podia ser lida como a outra face da censura: ao invés de ocultar a verdade, como fazia a censura, a propaganda veiculava a farsa montada pelo regime, segundo o qual a sociedade brasileira finalmente realizava todas as suas potencialidades”. (FICO, 2005, p. 266)

Por outro lado, nesta mesma época, a repressão política também caracterizava a cena política e a fotografia participou de sua organização. O outro acervo fotográfico observado para este estudo, do Departamento de Ordem Política e Social do estado da Guanabara (DOPS/GB) é oriundo da atividade desse órgão que operou de 1962 até a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro, em 1975. Suas funções, além do controle e repressão política, englobavam também a emissão de certidão negativa de antecedentes políticos, vistos e passaportes - juntamente com o Instituto Félix Pacheco. A implantação da entidade serviu como molde para outros DOPS no país. É importante destacar, que a função de polícia política no Brasil é exercida na esfera federal desde o início do século XX, não sendo uma invenção própria dos governos das décadas de 1970.

A origem da documentação fotográfica do DOPS/GB é variada. Muitas de suas imagens são resultado de confiscos e apreensões obtidas em operações policiais que caracterizam as atividades do órgão. Outras são de produção do próprio DOPS que fotografava suspeitos, manifestações, reuniões, ações da polícia e qualquer evento que parecesse oferecer perigo à ordem pública além das centenas de fotografias de identificação policial dos indivíduos presos. Ainda havia a colaboração da imprensa e de outros setores da sociedade civil que apoiavam o regime, fornecendo fotografias. Deste período de governo, existem álbuns de presos político libertados e banidos do território nacional.

As faces da Guanabara através das fotografias

Na Guanabara manifestações culturais de todos os tipos multiplicavam-se, o Estado não fazia mais parte da capital federal, no entanto se sustentava como capital cultural e como "vitrine" do Brasil²². De cunho contestador, colaboracionista ou sem posicionamento explícito, a cultura e o entretenimento são marcantes nesse momento e são zonas nas quais a política também se realiza.



Figura 1: Governador recebe candidatas a Miss Renascença. Guanabara [GB], 18 nov 1973. Fotógrafo: Álvaro.

Neste contexto temos os concursos de beleza que faziam grande sucesso. Eventos como Miss Guanabara e sua instância maior, o Miss Brasil, lotavam, na cidade do Rio de Janeiro, os mais de treze mil lugares do ginásio do Maracanãzinho - local dos últimos anos de glória da competição antes da sua transferência para Brasília em 1973.

As candidatas à coroa deveriam ser brasileiras, solteiras, com idade entre 18 e 26 anos e desfilavam com traje típico de seu Estado, de gala e de banho. Não era apenas a escolha da mais bela. Estava também em julgamento postura, educação, recato, elegância e cultura, observadas pelos jurados, que elegiam a candidata que melhor representasse esses quesitos. Os concursos chegaram a um nível de popularidade tal que

²² MESQUITA, 2009, p.18.

versões menores e locais se espalharam como o Miss Renascença²³, no qual competiam apenas moças negras e até mesmo o Miss Funcionária Pública elegendo a mais bela servidora.



Figura 2: [Governador recebe candidatas a Miss Funcionária Pública.](#) Guanabara [GB], 25 out 1973.

A notoriedade desses eventos e seu reconhecimento podem ser constatados na documentação da AID onde existem dezenas de dossiês com registros das recepções dessas moças pelo governador no Palácio Guanabara. Essas imagens também são significativas da forma que Chagas Freitas encontrava para fazer política em meio às turbulências do período. Os encontros no Salão Verde mantém o governador afastado das ruas ao mesmo tempo que possibilita o contato e o envolvimento com a sociedade organizada em ambiente controlado.

²³ O concurso era realizado pelo Clube Renascença, na época situado no bairro do Andaraí (Rio de Janeiro). Possuía a característica de somente aceitar negros em sua filiação.



Figura 3: Governador recebe a visita das Senhoritas Rio. Guanabara [GB], 08 dez 1971. Fotógrafo: Pietro Fantappiè.

As fotografias mostram encontros descontraídos nos quais Chagas Freitas parece estar bastante contente em receber as belas candidatas. Esse ato pode ser lido como uma aceitação do governo. Uma contradição, já que por um lado defendia a moral e os bons costumes, gerenciados pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)²⁴ e por outro apoiava um evento em que o corpo era o foco. Os concursos de misses também podem ser compreendidos como forma de apresentar a sociedade um ideal de mulher brasileira a ser seguido, como uma espécie de instrumento pedagógico: boa moça, educada, comedida com pretensões de se tornar uma esposa ideal.

²⁴ FICO, Carlos. 2005. p. 265-296.



Figura 4: Candidatas ao Miss Brasil 1972. Guanabara [GB], 08 dez 1971. Fotógrafo: Pietro Fantappiè.

Em contraposição, as fotografias que compõem o acervo do DOPS/GB apresentam tumultos, ações repressivas da polícia, moças sendo agredidas, estudantes detidos, assim como cenas de violência. Muitas são de identificação policial, que são registros 7x5 cm do indivíduo fichado. E muitas dessas imagens recorrentes para ilustrar o assunto em livros didáticos, acadêmicos, de literatura geral, em reportagens de jornal, TV e revista quando o assunto é ditadura militar.

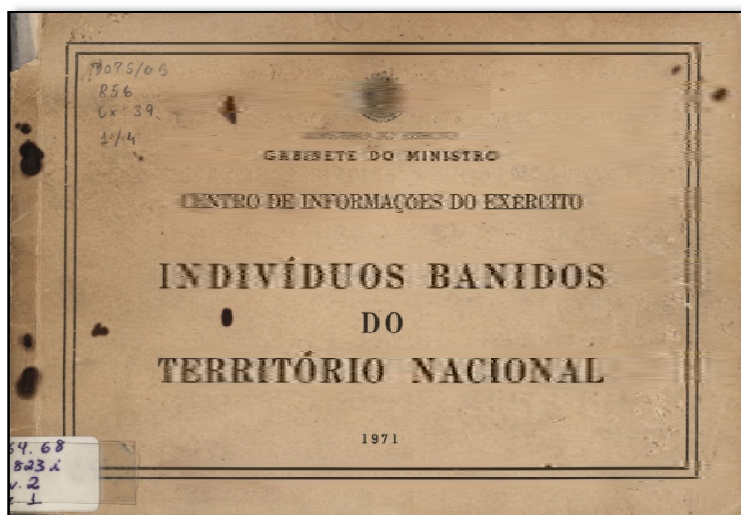


Figura 5: Álbum "Indivíduos Banidos do Território Nacional, 1971".

Os estudos existentes no campo político e social em torno do assunto ditadura no Brasil tendem a focalizar os movimentos que lutaram contra o regime, de resistência, os reprimidos e tudo que remeta à falta de liberdade e ao controle social característico do período. À primeira vista, infere-se que a ditadura aqui se instalou de forma impositiva sem apoio algum da sociedade civil, mesmo que já esteja comprovado por uma historiografia recente²⁵ o amparo de boa parte da sociedade civil ao golpe. Foi construído um lugar-comum²⁶ sobre o assunto, que transmite a impressão de que essa era a única realidade possível daquele momento, um retrato fiel do cotidiano do país, perpetuando a imagem de Estado opressor e da sociedade vitimizada²⁷.

Não se pode simplificar ao polarizar aquele momento complexo simplesmente entre “anos de chumbo” ou “anos de ouro”²⁸. A Guanabara não vivia momentos de agitação contestadora por todos os lugares, não eram todos os cidadãos que estavam envolvidos politicamente, menos ainda aqueles que assumiam uma posição de resistência.

De acordo com Cordeiro²⁹ é preciso tentar evitar binarismos, pois eles estreitam a visão. Entre a participação ativa na colaboração ou na resistência existem diversos matizes que formam um consenso da população acerca da ditadura. Esse consenso não deve ser entendido como uma unanimidade, no entanto é parte fundamental para a sustentação e manutenção de um regime político.

Um fator a ser levado em consideração na análise desses acervos são as alterações³⁰ que cada um pode ter sofrido. Com o início da redemocratização, no início dos anos de 1980, os DOPS foram desativados gradualmente. Na época e posteriormente é possível supor que seus produtores possuísem a noção dos problemas que alguns documentos poderiam gerar, ao se inverter as posições de

²⁵ Exemplificam essa vertente historiográfica trabalhos de Daniel Aarão Reis Filho, Carlos Fico e Marcelo Ridenti.

²⁶ REIS, 2005. p. 9

²⁷ CORDEIRO, 2009, p. 91.

²⁸ idem

²⁹ idem

³⁰ A ausência em uma documentação diz tanto quanto a existência de um documento; “[...] o vazio não fala do que foi, balbuciam o que poderia ter sido” (LISSOVSKY, 2005 apud. LISSOVSKY, 2008).

denunciado e denunciante, presume-se que parte de seu conteúdo tenha sido descartado.

Diferentemente deste acervo de governo onde essa seleção pode ter ocorrido simultaneamente a sua produção. Por se tratar de um serviço oficial, a produção dessas imagens já se dava de forma controlada. Eram registradas circunstâncias em que o governador desejava que fossem divulgadas, não eram fotografadas situações que pudessem ser prejudiciais a sua imagem. A ausência de documentos pode ser percebida nos acervos por sinais como uma numeração não contínua, a interrupção de uma sequência ou uma grande distância cronológica.

O governo Chagas Freitas fez parte do aparelho repressivo do Estado, coibiu manifestações e silenciou diante de práticas antidemocráticas. Ao mesmo tempo, foi o governo que fez uso da máquina da propaganda política montada, recepcionou ícones da cultura popular, recebeu populares no salão nobre do Palácio Guanabara e estabeleceu um projeto de estadualização. Tanto as fotografias produzidas pelo próprio governo com as imagens do que se queria promover, quanto às do DOPS, com o que se queria combater opositores do regime político, são representações não somente deste governo, mas da conjuntura do país naqueles anos. A Guanabara da AID era também a Guanabara do DOPS/GB.

Referências Bibliográficas

ALEG. Inventário Analítico: Introdução. IN: **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_invent_link2.htm. Acesso em 10 ago 2010.

BIZELLO, Maria Leandra. **Fotojornalismo e Política: o universo político nas revistas O Cruzeiro e Manchete nos anos JK**. Primeiros Escritos nº 14 Rio de Janeiro. Abr 2010. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/1392>. Acesso em ago 2010.

BURKE, Peter. Iconografia e Iconologia. IN: idem. **Testemunha Ocular da História e Imagem**. São Paulo, Edusc, 2004.

CHAPARRO, Carlos Manuel. Cem anos de Assessoria de Imprensa. IN: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2003. 2 ed.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos. vol.22 n.43 Rio de Janeiro. Jan 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862009000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 10 ago 2010.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. **Verbetes: Freitas, Chagas**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

_____. **Verbetes: Médici, Emílio Garrastazu**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

FICO, Carlos. A Pluralidade das Censuras e das Propagandas da Ditadura. IN: REIS, Daniel Aarão et al. (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 Anos Depois (1964-2004)**. Bauru: ESDUSC, 2005. p. 265-296.

_____. **Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar**. **Revista Brasileira de História**. vol.24 no.47 São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso em 25 jul 2010.

_____. **“Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar**. Topoi, Rio de Janeiro, n. 5, set 2002.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A Alma da Festa: Família, Etnicidade e Projetos num Clube Social da Zona Norte do Rio de Janeiro- O Renascença Clube**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GUANABRA, Estado. **Decreto “E” nº 4.255 (POGAPE-39)**. 21 de setembro de 1970.

_____. **Decreto “E” nº 5.183**. 03 de novembro de 1971.

HISTÓRIA Miss Brasil. <http://missbrasiloficial.uol.com.br/>. Acesso em 25 jul 2010.

HEYMANN, Luciana. **Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão Sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº 19, 1997.

LISSOVSKY, Maurício. **O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas?**. In: Miguel Angel de Barrenechea. (Org.). *As Dobras das Memória*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, v. , p. 26-36.

MAUAD, Ana Maria .**O Poder em Foco: imagens reservadas de homens públicos, uma reflexão sobre fotografia e representação social na coleção Pereira Passos**. Revista Eletrônica de História do Brasil Rehb, UFJF, v. 3, n. 2, p. 1-28, 2000.

MESQUITA, Cláudia. **Um Museu para Guanabara - Carlos Lacerda e a Criação do Museu da Imagem e do Som**. RJ: Folha Seca, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. **Mania De Estado: O Chaguismo e a Estadualização Da Guanabara**. História Oral, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000.

_____. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. **Estudos Históricos** - Cultura Política, Rio de Janeiro, v.13, nº 24, p.351-376, 1999.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. et al. (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 Anos Depois (1964-2004)**. Bauru: ESDUSC, 2005. p. 265-296.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2006.

_____.Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da Memória. IN: **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 Anos Depois(1964-2004)**. Bauru: ESDUSC, 2005. p. 29-52.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A Morte e a Morte de Chagas Freitas: A (Des)Construção de uma Imagem Pública : Trajetória Individual e Reelaboração Memorialística**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1999.

Fontes Iconográficas

Figura 1: [?], Álvaro. **Governador recebe candidatas a Miss Renascença**. Guanabara [GB], 18 nov 1973. notação: BR RJAPERJ AID-CF-MR.921. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2: FANTAPPIÉ, Pietro. [Governador recebe candidatas a Miss Funcionária Pública](#). Guanabara [GB], 25 out 1973. BR RJAPERJ AID-CF-MF.898. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 3: FANTAPPIÉ, Pietro. **Governador recebe a visita das Senhoritas Rio**. Guanabara [GB], 08 dez 1971. BR RJAPERJ AID-CF-SR.194. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 4: MAGHELLI. **Governador recebe candidatas a Miss Brasil**. Guanabara [GB], 21 jun 1973. BR RJAPERJ AID-CF-RC.407. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 5: **Indivíduos Banidos do Território Nacional, 1971**. Fundo Departamento de Ordem Política e Social do estado da Guanabara (DOPS/GB). Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Imprensa e governo: o aterro da Praia Grande em Niterói e a política fluminense no tempo do governo Raymundo Padilha

Douglas Vieira Machado

Resumo

O artigo estuda o Projeto Praia Grande, uma ação inserida num amplo programa de reurbanização da cidade de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro até a fusão com o Estado da Guanabara em 1975. A pesquisa caracteriza o contexto político, econômico e social no qual o projeto urbanístico estava inserido e procura explicitar os motivos pela decadência e descontinuidade do projeto, utilizando como fontes históricas a imprensa local e das fotografias de governo.

Palavras-chave: Niterói; Urbanismo; Fotografia; Obra pública

O Projeto da Praia Grande foi desenvolvido no contexto do governo de Raymundo Delmiriano Padilha, último governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, cujo mandato se estendeu entre 3 de outubro de 1970 (data de sua nomeação) e 15 de março de 1975 (data da fusão entre Rio de Janeiro e Guanabara). Seu governo foi marcado pela expansão da rede de água e esgoto e a continuidade da política de reurbanização da cidade de Niterói. A marca de sua gestão está associada à intensa crítica pública de má gestão e má aplicação de recursos, além das diversas obras deixadas inacabadas após o término de seu governo, entre elas o projeto aqui discutido.

A época do governo Raymundo Padilha também corresponde ao contexto de expansão econômica que marcou a conjuntura brasileira e que ficou conhecida como “milagre econômico”. O contexto foi também marcado por grandes obras públicas de repercussão nacional, como a Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974, o que caracterizou uma das faces do regime autoritário que marcou a ordem nacional, especialmente naqueles anos de fim da década de 1960 e início dos anos de 1970, conhecido como “anos de chumbo”, cuja marca foi o intenso processo de repressão política.

A pesquisa está centrada no estudo do conjunto de fotografias de governo existentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e que fazem parte do fundo documental Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID). Ao lado disso, a investigação buscou acompanhar o noticiário sobre o projeto no principal jornal estadual da época, *O Fluminense*.

A relação entre política e imprensa é antiga e é notório o uso político da imprensa ao longo da história. De forma bem sucinta, essa relação pode ser exemplificada no Estado Novo, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), entidade máxima e central da promoção e divulgação da ação do Estado, órgão que regulava a veiculação de informação e buscava controlar o que se pensava a respeito do governo. Deste período data o fechamento de alguns jornais e a estatização de outros, além da organização do serviço de censura nacional e que atingiu

a atividade jornalística³¹. No período posterior ao golpe de 1964, a censura à imprensa reviveria um novo contexto de recrudescimento³².

Durante a ditadura iniciada em 1964, práticas de censura e controle da criação intelectual e artística foram empregadas e desenvolvidas pelo Estado autoritário para divulgação e controle do que se produzia a respeito da imagem do governo³³. Além disso, nessa mesma época, organiza-se o serviço de publicidade governamental numa escala nunca vista anteriormente. Desde a criação do DIP, a propaganda de estado se estabeleceu no Brasil. A partir de 1945, a redemocratização foi acompanhada pela organização de serviços de assessoria de imprensa que participaram da estrutura das diversas esferas de governo, inclusive estaduais³⁴.

Considerando que na época do Projeto da Praia Grande tudo o que era publicado nos jornais sobre o Estado e suas ações passava pelo crivo da censura, é possível analisar até onde ia a capacidade da assessoria de imprensa de governo em "plantar" matérias que promoviam sua imagem.

Dentro deste quadro, o jornal *O Fluminense* constitui uma fonte valiosa para tratar visões da sociedade civil sobre as ações de governo. Criado em 1878, o jornal é o mais antigo do Estado do Rio, tendo sua sede na cidade de Niterói, sendo caracterizado pela ampla cobertura da antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 1954, o jornal é adquirido pelo político, advogado e jornalista Alberto Torres. Essa relação com a política foi a chave para análise das matérias e vinculação com a produção da assessoria de imprensa oficial do antigo governo estadual.

Ao lado disso, é possível estudar a influência do governo sobre a imprensa a partir das fontes de época existentes no fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), sob guarda do Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A Assessoria de Imprensa e Divulgação é herdeira de um histórico que recorre à criação

³¹ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial; ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

³² AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru, EDUSC, 1999. ; KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

³³ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo; ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. ; e ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *História Administrativa Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação*. Rio de Janeiro, 2010.

dos órgãos de imprensa e divulgação após a extinção do DIP e de seus equivalentes estaduais, os DEIPs em 1945. Após a fusão em 1975, o Centro de Informações do Estado da Guanabara e a Agência Fluminense de Informações, do antigo Estado do Rio de Janeiro, uniram-se para a criação do corpo de imprensa e divulgação do novo Estado do Rio de Janeiro. A imprensa do Estado sofre diversas modificações até a criação da AID e sua posterior transformação em secretaria e subsecretaria de estado, que centraliza os serviços de publicidade e assessoria de imprensa do Estado.

O aterro da praia Grande

Apesar do Projeto Praia Grande ter sido desenvolvido durante o governo de Raymundo Padilha (1971-1975), o plano de reurbanização da cidade de Niterói era anterior. A maior intervenção data dos anos de 1940, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei 2.441, de 23 de julho de 1940, que dispõe sobre o plano de remodelamento e reurbanização da capital do estado, a cidade de Niterói. Ficava a cabo da prefeitura promover o projeto, podendo desmontar morros e aterrar áreas marítimas da forma que julgasse mais conveniente.

O aterro de uma enorme área entre a praia das Flechas e Ponta da Armação já estava previsto. O prazo inicial de cinco anos para o início das obras foi sucessivamente prorrogado e juntamente com trâmites burocráticos e disputas legais, mais de vinte anos depois quase nada havia sido realizado do projeto. No final dos anos de 1960, novos processos são movidos e os terrenos cedidos foram recuperados pela Companhia de Melhoramentos de Niterói, a empresa responsável pelas obras.

Na década de 1970, o projeto é retomado pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Raymundo Padilha, político cuja trajetória política era alinhada com a direita, o qual dispendo de grande influência e contato com o governo federal, consegue a retomada do Projeto Praia Grande. Promovida pela recém criada Companhia de Desenvolvimento e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro, o projeto previa a construção de uma esplanada que cobriria uma área entre a Ponta da Armação até o morro do Gragoatá, contendo um parque arborizado, teatros, restaurantes, lojas, planetário, terminais rodoviário e hidroviário, entre outros prédios privados e públicos.

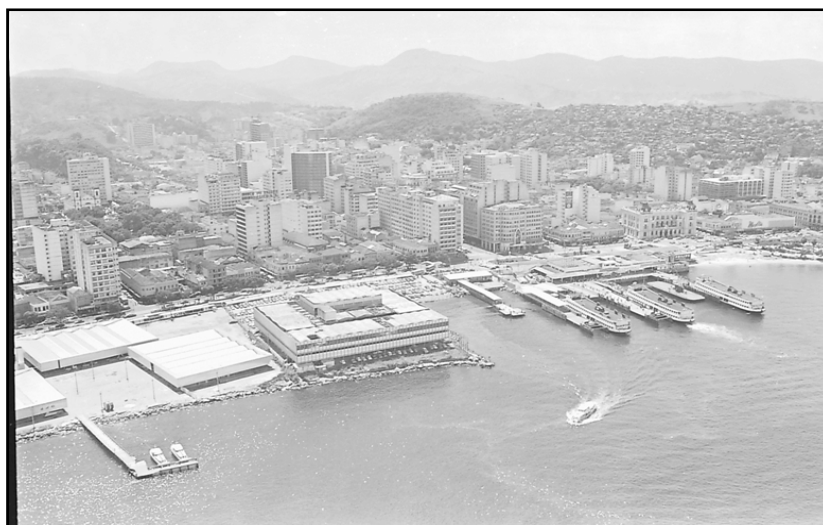


Figura1: Niterói – visitas aéreas da orla marítima. Niterói [RJ], 08 dez 1971.



Figura 2: Assinatura do contrato para construção do Hotel Praia Grande no Gragoatá. Niterói [RJ], 28 fev 1973.



Imagem 3: Governador Raymundo Padilha inspeciona obras na orla marítima. Niterói [RJ], 15 mar 1973.



Figura 4: HG.1819: Inauguração do Hotel Gragoatá. Niterói [RJ], 11 mar 1975.

O Fluminense

Em *O Fluminense* de 8 de dezembro de 1971 lê-se a celebração do projeto de reurbanização. O periódico exalta o governo pela remodelação da capital estadual e expõe todos os detalhes do projeto para a população.



Figura 5: “Planejamento ideal para a nova cidade”. *O Fluminense*, 08 dez 1971.

Na edição do dia 15 de março de 1973, uma matéria destaca a vistoria do governador Raymundo Padilha ao aterro e ao resto do morro do Gragoatá, onde seria erguido o Hotel Internacional do Gragoatá, componente do Projeto Praia Grande. Na matéria são destacados mais uma vez os objetivos do projeto.



Figura 6: "Dragagem da orla de Niterói começa hoje". *O Fluminense*, 15 mar 1976.

Na edição de 16 de maio de 1973, o projeto é novamente mencionado numa matéria, sendo possível destacar o prazo de conclusão do aterro: três meses.



Figura 7: "Aterro começa para acabar em três meses". *O Fluminense*, 16 mar 1973.

A última data mencionada nas fotos do fundo AID é de 11 de março de 1975, data da inauguração do hotel. Segundo a matéria do periódico deste dia, o hotel foi inaugurado com a obra incompleta. A matéria ainda cita que as obras estavam paralisadas desde o mês de outubro do ano anterior, assim como muitas outras obras do Estado. Segundo o jornal o motivo seria a falta de recursos. Contudo, as obras do projeto consumiram o orçamento previsto para o aterro e a construção do hotel: cerca de

Cr\$ 300 milhões. Segundo o jornal, o governo estimava que para a conclusão do aterro e do hotel ainda seriam necessários Cr\$ 400 milhões. Indo além, a matéria levantava uma suspeita de má aplicação dos recursos ou até desvio ao citar que o material de divulgação do hotel era extremamente luxuoso e caro (contrastando com o hotel inacabado).



Figura 8: "Hotel inaugurado mas faltando algumas obras". O Fluminense, 11 mar 1975.

Pontos de Convergência

Confrontando as informações adquiridas nos exemplares de *O Fluminense* com o material produzido pela divulgação governamental, AID, pude chegar a algumas conclusões no que tange a influência do poder do Estado nas pautas das notícias acima, mencionadas. Ao realizar o cruzamento de informações, foi observado uma diferença de alguns dias entre a produção das fotos pelo serviço fotográfico do estado e a sua utilização nos veículos de imprensa. Espaço de tempo, o qual se acredita ser o período necessário para tramitação burocrática dos documentos.

O primeiro ponto de convergência é a data de 8 de dezembro de 1971. Neste caso, pode-se perceber claramente que uma das fotos produzidas pelo órgão de divulgação estatal foi usada na matéria do jornal *O Fluminense*.



Imagem 9: “Planejamento ideal para a nova cidade”.
O Fluminense, 08 dez 1971.

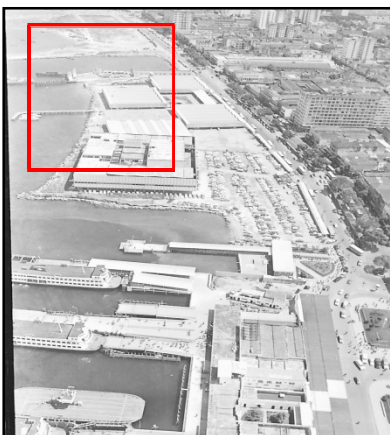


Imagem 10: Niterói – visitas aéreas
da orla marítima. 08 dez 1971.

O segundo ponto refere-se aos dias 15 e 16 de maio respectivamente. Neste exemplo, pode-se observar a mesma embarcação com a tubulação nas duas fotos, apenas em posições diferentes.



Imagem 111: "Dragagem da orla de Niterói começa hoje". *O Fluminense*, 15 mar 1936.



Imagem 12: Governador Raymundo Padilha inspeciona obras na orla marítima. 15 mar 1973.

O terceiro e último ponto de convergência é o dia da inauguração do hotel, referida como dia 11 de março de 1975 e 13 de março de 1975 nos jornal e na assessoria de imprensa respectivamente. Neste caso, pode-se observar a clara operação de pauta: na reportagem em que se explicita uma evidente falha do governo não há fotografia. A fotografia de governo que atesta o caráter inacabado do hotel não foi utilizada, sendo veiculada apenas a matéria em texto.



Imagem 13: Inauguração do Hotel Gragoatá. 11 mar 1975.



Imagem 14: "Hotel inaugurado mas faltando algumas obras". *O Fluminense*, 11 mar 1975.

Conclusões

Os fatores fundamentais para a decadência do Projeto Praia Grande foram a inauguração da ponte Rio-Niterói, em 4 de março de 1974, e a fusão dos Estados do Rio

de Janeiro e da Guanabara, em 15 de março de 1975, quando Niterói deixa de ser capital do Estado e conseqüentemente perde a primazia de fluxos de capitais, investimentos, pessoas, poder e *status*. Faria Lima assumiu como governador do novo estado e juntamente com o poder federal julgava desnecessário o investimento na continuidade da obra, após a transferência da capital do estado para o Rio de Janeiro. O que se viu após esse período são intervenções muito tímidas comparadas ao grandioso projeto inicial de reurbanização da cidade de Niterói.

Por meio do cruzamento de informações entre o fundo AID e o jornal *O Fluminense*, conclui-se que o governo conseguia e, de fato, contribuía para a construção de pautas de matérias jornalísticas. Algumas fotos usadas nas matérias são sim de autoria de órgão de imprensa e divulgação estadual, pois em alguns envelopes de negativos se encontram notas que afirmam a utilização das fotos por jornais, o que fundamenta a capacidade do serviço de imprensa de governo influenciar a construção de pautas de órgãos privados da imprensa fluminense.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru, EDUSC, 1999. ; KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *História Administrativa Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação*. Rio de Janeiro, 2010.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo; ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

Fundação Biblioteca Nacional. *O Fluminense*. Niterói, 1971-1975

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial; ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

Knauss, Paulo. *Aproximações disciplinares: história, arte e imagem*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.151-168, dez. 2008.

_____. *O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual*. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

Mauad, Ana Maria. O PODER EM FOCO: Imagens reservadas de homens públicos, uma reflexão sobre fotografia e representação social na coleção Pereira Passos. *Rev. Eletr. Hist. do Brasil*, Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 2, jul./ dez.

Fontes Iconográficas

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Brasil. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação – AID. Negativos positivados digitalmente.

Figuras 1 e 10: Equipe. Niterói – visitas aéreas da orla marítima. Niterói [RJ], 08 mar 1971. BR RJAPERJ AID-RP- VA.347. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Raymundo Padilha. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2: Ricardo. Assinatura do contrato para construção do Hotel Praia Grande no Gragoatá. Niterói [RJ], 28 fev 1973. BR RJAPERJ AID-RP-AC.1001. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Raymundo Padilha. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Primeiros Escritos, nº 19, março de 2013

Figura 3 e 12: Cylto. Governador Raymundo Padilha inspeciona obras na orla marítima. Niterói [RJ], 15 mai 1973. BR RJAPERJ AID-RP-IO.1109. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Raymundo Padilha. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 4 e 13: Ricardo. Inauguração do Hotel Gragoatá. Niterói [RJ], 11 mar 1975. BR RJAPERJ AID-RP-HG.1819. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Raymundo Padilha. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Periódico O Fluminense. Reprodução digital e fotográfica de microfilme.

Figura 5: PLANEJAMENTO ideal para a nova cidade". 08/12/1971. Fotógrafo não identificado. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 08/12/1971. Reprodução digital.Fundação Biblioteca Nacional. Brasil.

Figura 6: DRAGAGEM da orla de Niterói começa hoje. Fotógrafo não identificado. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 15/03/1976. Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Periódico O Fluminense. Reprodução digital.

Imagem 7: ATERRO começa para acabar em três meses. Fotógrafo não identificado. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 16/03/1973. Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Periódico O Fluminense. Reprodução digital.

Imagem 8 e 14: HOTEL inaugurado mas faltando algumas obras. Fotógrafo não identificado. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 11/03/1975. Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Periódico O Fluminense. Reprodução digital.

Imagem 9: PLANEJAMENTO ideal para a nova cidade. Fotógrafo não identificado. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 08/12/1971. Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Periódico O Fluminense. Reprodução fotográfica de microfilme.

Imagem 11: DRAGAGEM da orla de Niterói começa hoje. Fotógrafo não identificado. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 15/03/1976. Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Periódico O Fluminense. Reprodução fotográfica de microfilme.

A ponte Rio Niterói e o governo de Raymundo Padilha

Thaís Valvano

Resumo

Esse artigo propõe estudar o governo de Raymundo Delmiriano Padilha (1971-1975) a partir das fontes iconográficas produzidas pela Agência Fluminense de Informações, responsável pela assessoria de imprensa do antigo Estado do Rio de Janeiro. Além disso, investiga as peculiaridades e os acontecimentos do governo que, dentre outros fatores, abrangeu a construção e inauguração da ponte Rio Niterói, considerada um marco para a história regional.

Palavras-chave: Estado do Rio de Janeiro; Agência Fluminense de Informações; Fotografia; Ponte Rio Niterói.

No período de 1968 a 1974, a população dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara assistiu a construção da ponte Costa e Silva, popularmente conhecida como ponte Rio Niterói. Seu processo de construção se inseriu no contexto de mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, posto em prática pelo governo de Juscelino Kubitschek e realizada no ano de 1960. Tal mudança significou uma queda de *status* da antiga capital afetando a vida da cidade, o que resultou numa diminuição de sua importância nacional. Com isso, a antiga capital do país, a partir de 1960, passou a ser uma unidade federativa: o Estado da Guanabara. Enquanto isso, o Estado do Rio permaneceu com a sua capital localizada em Niterói³⁵.

O período estudado abrange os governos de Raymundo Padilha (1971-1975) à frente do Estado do Rio e de Chagas Freitas (1971-1975) na administração do Estado da Guanabara, a partir dos registros fotográficos produzidos pelo órgão oficial de propaganda de ambos os Estados. Atualmente, tais imagens integram o Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação³⁶, sob a custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Este estudo teve início com a análise das imagens produzidas por estes governos, sendo o objeto deste trabalho as imagens feitas pela Agência Fluminense de Informações (AFI) criada em 1958³⁷. Por essa razão, o estudo se concentra em torno do o governo de Raymundo Padilha³⁸ no antigo Estado do Rio de Janeiro, visto que a AFI era uma agência do governo fluminense. Durante a pesquisa foi observado que a organização do acervo utilizada pela AFI, diferia dos demais órgãos que cuidaram da divulgação da imagem dos governantes, tanto do antigo Estado do Rio de Janeiro quanto da Guanabara. O tipo de envelope, a escrita e o armazenamento do documento são exemplos. A excelente qualidade da imagem também desperta atenção.

A ponte e sua representação no imaginário da população

³⁵ O Ato Adicional (uma Emenda Constitucional) aprovado em 12 de agosto de 1834 fez com que Niterói passasse a ser capital da província do Rio de Janeiro para que a cidade do Rio de Janeiro se tornasse a capital do Império do Brasil, havendo assim uma separação política com o objetivo de amenizar os conflitos do período regencial na província fluminense.

³⁶ O Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação é composto por aproximadamente 500.000 imagens (entre negativos de acetato, fotografias e contatos) e retrata os governos do antigo Estado do Rio de Janeiro, do extinto Estado da Guanabara e do novo Estado do Rio de Janeiro, abrangendo o período entre 1960 e 1998.

³⁷ Órgão responsável pela assessoria de imprensa do Estado do Rio. Enquanto o equivalente no Estado da Guanabara era o Centro de Comunicação. Decreto Decreto nº 662 de 08 de novembro de 1961.

³⁸ ALEG. Inventário Analítico: Introdução. IN: **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_invent_link2.htm.

Quando o assunto é ponte Rio Niterói, é muito comum ouvir pessoas falarem e até mesmo reclamarem de ter que passar por ela toda vez que precisam fazer algo nas cidades separadas pela baía de Guanabara. Ora, trabalho maior era quando não havia essa alternativa. As barcas sempre foram motivos de grandes revoltas, seja pelo monopólio de algumas companhias, como a Companhia Cantareira do Grupo Carreteiro, que mantinham o baixo padrão de serviços oferecidos, ao mesmo tempo em que as tarifas não cessavam de subir³⁹, ou pelo excesso de carros e muitas vezes de veículos de grande porte que participavam da travessia.

Tal situação mudaria a partir do dia 4 de março de 1974 quando foi inaugurada, pelo então presidente Emílio Garastazzu Médici, a esperada e idealizada ponte Rio Niterói. Isso fica mais evidente quando se utiliza outras fontes que registraram o acontecimento, além das produzidas pela imprensa oficial. Os jornais que cobriram sua inauguração trouxeram enfoques diferentes. Enquanto *O Fluminense* (conhecido jornal de Niterói) exaltava o feito como “a obra século”, o *Jornal do Brasil* (o maior da Guanabara) deteve-se apenas na cobertura do acontecimento sem grandes exaltações. Porém ambos descreviam as reações das pessoas que puderam ver naquele dia a realização de um sonho antigo.

O Fluminense muito mais exaltado e otimista ressaltava que a discussão popular sobre a possível construção de uma ponte ligando os dois territórios era antiga, visto que já acontecia nos fins do século XIX⁴⁰. Utiliza inclusive a crônica de Machado de Assis “A mudança da capital” para reforçar argumentação da importância que a ponte representava na vida das pessoas há mais de um século.

"Tudo pode acontecer. Um dia, quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois Estados, pois somos todos fluminenses, e esta cidade passará de capital de si mesmo a capital de um grande Estado único, a que se dará o nome de Guanabara". (“A mudança da capital”, de Machado de Assis, publicada em A Gazeta de notícias, de 7 de julho de 1896)

³⁹ Retirado do livro *Niterói Patrimônio Cultural*. Niterói: Niterói Livros, 2000.

⁴⁰ Principalmente depois do O Ato Adicional de 1834 que modificava a constituição de 1824.

Enquanto os jornais publicaram várias notas sobre a inauguração, no governo de Padilha não foi encontrado qualquer alusão às expectativas da população em seu acervo fotográfico, o que defende que seu foco era a entrega da obra. O que aparece são envelopes intitulados “fotos da ponte Rio Niterói” ou “fotos aéreas da ponte Rio Niterói” no período de sua construção. O mesmo acontece com Freitas que a única alusão efetiva à ponte foi em sua inauguração.

Essa falta chama mais atenção na medida em que se considera o acervo do governo Raymundo Padilha, visto que ele possuía uma agência de informações responsável pela produção de notícias de seu governo, conhecida por sua qualidade na produção das fotografias e que do dia da inauguração não produziu registro algum.

No entanto, apesar da inauguração ter sido muito importante para a população, tem-se que considerar as dificuldades que a construção da ponte teve. Seu processo foi muito comprido e duvidoso, foi iniciada simbolicamente em 1968, mas se iniciou efetivamente um ano mais tarde. Já em 1971, o contrato de licitação para sua construção foi rescindido devido a atraso nas obras, passando a ser feita por um novo consórcio. Isso fazia com que a população ficasse mais receosa quanto ao cumprimento do contrato.

Mais do que política ou economia, a ponte representou um marco na vida da população, principalmente para os moradores de Niterói. Os idosos achavam que não viveriam para presenciar a construção da ponte. Por ter sido um projeto demorado, muitos se entristeciam com a possibilidade de morrer antes de vê-la terminada, porque acreditavam que o projeto jamais sairia do papel e permaneceria apenas nas promessas de uns políticos e na imaginação⁴¹.

Outro fator importante que a ponte revela é que Padilha utilizava as obras de seu período como símbolo de governo. Apesar da ponte ser uma obra federal, seu governo foi caracterizados pela aprovação de grandes projetos também, sendo muito comum encontrar fotos de construções, tanto federal quanto estadual, em seu acervo.

Isso o difere dos demais governadores, pois sua imagem pessoal é resguardada, sendo pouca as fotografias que revelem seu rosto. Com isso, fica claro que a sua não aparição nas fotografias pode ser um indício de sua personalidade discreta, ao passo que a grande repetição de obras em seu mandato garante a característica que se quis imprimir ao seu governo.

⁴¹ MATHEUS, Leticia Cantarela. Comunicação, Tempo e História- Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Niterói, RJ, 2010.

Imagem de governo

A abordagem de um tema a partir do acervo fotográfico de um governo pode se tornar mais interessante, na medida em que se conhece a história desse governo e de seu chefe.

O governador fluminense, Raymundo Delmiriano Padilha, teve uma carreira política muito ativa que ficou marcada na história brasileira⁴². Quando jovem filiou-se a partidos políticos; mais tarde participou do movimento do Integralismo, onde exerceu um papel de grande importância e fundou a seção niteroiense da Ação Integralista Brasileira (AIB). Teve uma longa carreira parlamentar até ser eleito governador do estado do Rio de Janeiro em 1970.

Sem dúvida, governador foi um dos cargos mais importantes que Padilha assumiu em sua carreira política. Isso porque além da importância que um chefe de estado tem, havia também a divulgação de seus feitos de governo a partir da produção fotográfica da AFI. Esse registro fotográfico é de fundamental importância na medida em que se considera o valor que a fotografia tem por si só se os códigos de leitura são convencionalizados, não é por si só repleta de sentidos. Isso é bem explicado no artigo em que a autora Ana Mauad argumenta:

"A fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem". (Mauad, 1994).

Sendo assim, uma questão se torna fundamental: mesmo as fotografias sendo cheias de representações por si só, as produzidas pelas agências do governo conseguiram seu objetivo maior que era amenizar as críticas, chegando até mesmo a confrontá-las⁴³ e principalmente servir de propaganda?

⁴² Dicionário, CPDOC, Verbetes. Padilha, Raimundo.

⁴³ Principalmente no governo Padilha, que recebia críticas diretas de desvio de recursos em suas obras ao mesmo tempo em que sua assessoria produzia grandes registros fotográficos das mesmas.

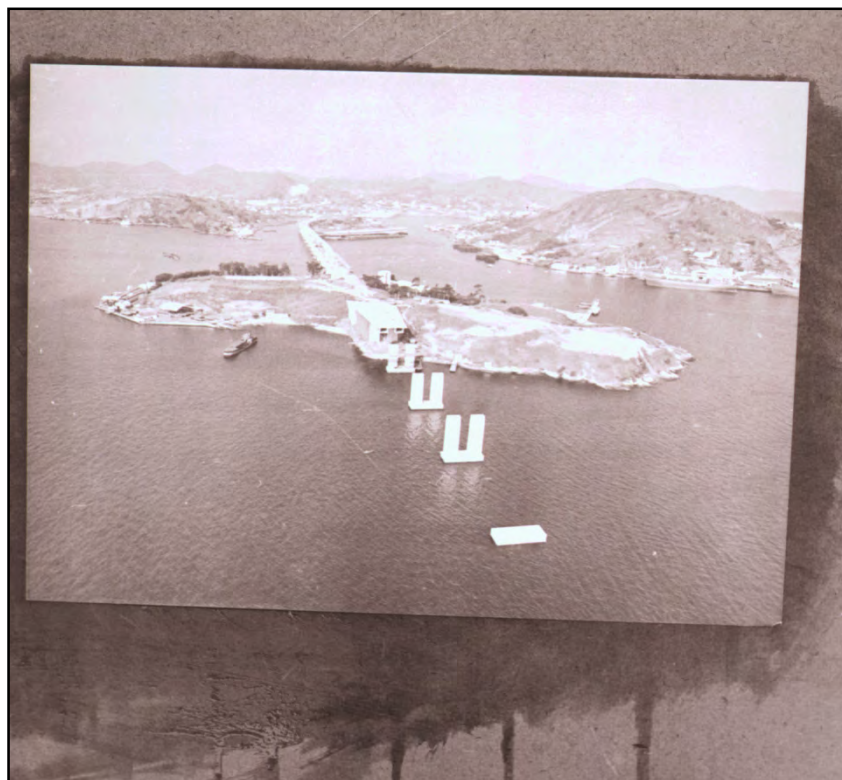


Figura1: Vistas aéreas da ponte Rio-Niterói. [RJ], [entre 1971 e 1975].

A ponte como objeto da política

A ponte Rio Niterói apareceu como um símbolo da política que conduziu à fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e da criação da nova unidade federativa⁴⁴. Porém mostrou muito mais do que isso, apresentando visão dos estados acerca de sua construção e, principalmente, como registraram o acontecimento.

⁴⁴ Apesar de nenhuma alusão sobre essa relação ser feita no acervo do governador, visto que Padilha era contra essa fusão.



Figura 2: Obras da ponte Rio - Niterói. [RJ], 10 jan 1972. Fotógrafo: Milton.

O fato de se buscar a história a partir da imagem é algo ainda mais curioso, pois a história e imagem se mesclam. Nesse caso não é possível se ater somente às imagens e a partir delas encontrar explicações satisfatórias, pois considerando os relatos publicados pelos jornais *O Fluminense* e *Jornal do Brasil*, fica claro que as imagens são representações.

A dimensão social da fotografia de governo se torna mais importante considerando que no momento da produção da fotografia o país passava por um período de ditadura e que fazer a integração dos estados era um dos principais objetivos do então presidente Médici⁴⁵. A biografia de Padilha indica que ele era contra a fusão dos estados. Porém, maior do que a vontade do presidente era a expectativa que a população, principalmente de Niterói, alimentava. No trecho, a seguir, da imprensa local da época fica claro que as pessoas relacionavam a construção da ponte com a fusão dos Estados⁴⁶. Isso mostra que todos os fatores influenciavam nessa integração, que se fazia cada vez mais presente na realidade da região.

"Um caminho pra o Brasil todo. A ponte Costa e Silva, integrada ao traçado a BR-101, depois de ser uma expectativa de cem anos, é, por sua vez, geradora de

⁴⁵ Na tese de Letícia Matheus, há uma passagem do *Jornal do Brasil* que ressalta a ponte como uma das demais inaugurações do governo federal.

expectativas, estas a respeito os destinos dos estados do Rio e da Guanabara. Na realidade, já antes dela as especulações sobre uma possível fusão das duas Unidades Federais esteve na ordem do dia; sua construção significa apenas um recrudescimento de boatos. Ela é a ligação 'a pé enxuto' entre os Estados, e para os partidários da medida representa a consumação da integração física, precursora da integração política. (...) Na história da fusão, cujos capítulos são numerosos, a ponte projetada e sonhada por três gerações tem servido frequentemente de ponto de referência para a fusão. “Quando a ponte estiver pronta”, frase que figurou em discurso de muitos políticos”. (*O Fluminense*, 3 e 4 mar 1974, suplemento “A obra do século”, p 2, original sem grifos)

A diferença na abordagem dos jornais da época para produção fotográfica da assessoria dos dois governos é visível. Enquanto *O Fluminense* descreve com detalhes o acontecimento, sua repercussão e importância, não há registro da inauguração por parte da assessoria de Padilha. Em seu acervo não há nenhuma fotografia que mostrasse a grandeza do acontecimento ao passo que no acervo do governo da Guanabara de Chagas Freitas havia uma foto dele em cima de um palanque cercado por pessoas que comemoravam a inauguração da tão sonhada ponte.



Figura 3: Governador na inauguração da ponte Rio Niterói.
Guanabara [GB], 04 mar 1974. Fotógrafo: Ubirajara

Essa fotografia não absolve o governador de não ter registrado mais o acontecimento. Principalmente quando comparado ao jornal *O Fluminense*, que descrevia em uma das páginas o aglomerado de gente e veículos na praça do pedágio, e em outra página apresentava o desfile presidencial em carro aberto. Mesmo o *Jornal do Brasil* que, apesar de não se estender muito, ressaltou o caráter festivo do acontecimento⁴⁷.

Entretanto, apesar das questões políticas, sociais ou até mesmo acerca das imagens, a ponte é um símbolo, simboliza uma integração, um futuro que se fez presente, ou melhor, “o futuro que se fez ponte” como já dizia uma passagem do jornal *O Fluminense*. Nesse sentido não há relevância a forma de divulgação que a ponte teve para o país no momento de sua inauguração. E nem precisaria, visto que ela é repleta de representações: representa o passado de idealizações, o presente de possibilidades e o futuro de aproximações. Ela reúne história e imagem numa única ponte.

Referências Bibliográficas

ALEG. **Inventário Analítico: Introdução**. IN: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_aleg_invent_link2.htm.

BIZELLO, Maria Leandra. **Fotojornalismo e Política: o universo político nas revistas O Cruzeiro e Manchete nos anos JK**. Primeiros Escritos n° 14 Rio de Janeiro. Abr 2010. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/1392>. Acesso em ago 2010.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. **Verbetes: Freitas, Chagas**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

_____. **Verbetes: Médici, Emílio Garrastazu**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

_____. **Verbetes: Padilha, Raymundo Delmiriano**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

REIS, D. RIDENT, M. PATTO, R. (orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

História administrativa do Departamento Geral de investigações especiais (1975-1983) / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: APERJ, 2001.

⁴⁷Em uma de suas passagens o *Jornal do Brasil* escreve: “Hoje festa, amanhã tráfego”.

MATHEUS, Leticia Cantarella. **Comunicação, Tempo e História- Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Niterói, RJ, 2010.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem I: Possibilidades Teórico-Metodológicas para o Uso da Fotografia como Recurso Didático, Uma Experiência Acadêmica**. Primeiros Escritos nº 01. Jul, 1994. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/1424>. Acesso em ago 2010.

_____. **Imagens da Terra: Fotografia, Estética e História. , Uma Experiência Acadêmica**. Primeiros Escritos nº 08. Jun, 2002. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/1408>. Acesso em ago 2010.

¹ MOTTA, Marly Silva da. **A Fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos**. In: Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz de. **1968 Visto Pelas Lentes do Correio da Manhã**. Primeiros Escritos nº 14. Abr, 2010. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/node/1393>. Acesso em ago 2010.

Fontes Iconográficas

Figura 1: **Vistas aéreas da ponte Rio-Niterói**. [RJ], [entre 1971 e 1975]. notação: BR RJAPERJ AID-RP-VA.1885. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Raymundo Padilha. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2: [?], Milton. **Obras da ponte Rio-Niterói**. [RJ], 10 jan 1972. notação: BR RJAPERJ AID-RP-OP.400. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Raymundo Padilha. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 3: [?], Ubirajara. **Governador na inauguração da ponte Rio-Niterói**. Guanabara [GB], 04 mar 1974. notação: BR RJAPERJ AID-CF-IP.1018. Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação, Série Chagas Freitas. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.